

Novos procedimentos em Gestão Ambiental e busca de sustentabilidade em empresas do Vale do Rio dos Sinos

Dr. Roberto Naime <rnaime@feevale.br>
MSc Abel Bemvenuti <abel@acinh.com.br>
Karin Luise dos Santos <karinluise@feevale.br>
Jaqueline Michaelson <jaquelinem@feevale.br>

Resumo: Os dados resultantes das ações de auditoria ambiental da certificação ambiental voluntária empresa amiga do meio ambiente da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha no ano de 2010, são analisados, considerando as premissas mais clássicas da gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e governança corporativa. O objetivo é avaliar o nível de aplicação das concepções de governança corporativa no cotidiano das empresas, empreendimentos ou organizações e verificar o quanto a permeabilidade e imbricação vertical destes conceitos auxilia na transformação da gestão ambiental burocrática numa ação de gestão ambiental sistêmica, proativa e valorativa, trazendo maior valor agregado para as operações avaliadas. Os resultados demonstram que quando são analisados itens auditados que não estão diretamente relacionados com legislação aplicável, não são caracterizados indícios que identifiquem transformações. Estas evoluções significariam a passagem de uma gestão ambiental formal que atende satisfatoriamente normas regulamentadas em uma gestão ambiental sistêmica e proativa, que possa trazer maior valor agregado e perenização aos empreendimentos. Em geral ações que signifiquem descentralização de poder ou elevação de custos sem contrapartida imediata em ampliação de ganhos não são implementadas.

Palavras-chave: gestão, ambiente, governança

New procedures in Environmental Management in search of sustainability of the companies in Rio dos Sinos Valley

Abstract: The data resulting from the actions of environmental audit of voluntary environmental certification company-friendly environment of Commercial and Industrial Association of Novo Hamburgo, Campo Bom and Estancia Velha in 2010, are analyzed, considering the assumptions of more traditional environmental management, sustainable development and corporate governance. The objective is to assess the level of application of the concepts of corporate governance in everyday business, enterprises or organizations and see how much overlap and vertical permeability of these concepts helps in the transformation of environmental management in a bureaucratic action of systemic environmental management, proactive and evaluative, bringing greater value to the operations evaluated. The results show that when analyzing audited items that are not directly related to legislation, are not characterized clues to identify changes. These developments mean the passage of a formal environmental management that meets satisfactory standards regulated in a systemic and proactive environmental management, which can bring greater value to enterprises and

perpetuation. In general actions that decentralization of power or mean higher costs for no immediate increase in earnings are not implemented.

Keywords: management, environment, governance

1. INTRODUÇÃO

Existe uma crescente preocupação mundial com as questões ambientais e o crescimento de barreiras ao comércio internacional de diversos produtos, principalmente oriundos de empresas de setores tradicionais, localizadas em países em desenvolvimento, os quais afetam consideravelmente o meio ambiente.

Os instrumentos de gestão ambiental tem sido consensuais na minimização da geração de impactos e na produção de produtos ambientalmente amigáveis (“environmentally friends”). Para que o uso destas ferramentas seja mais eficiente, tem sido adotados princípios de governança corporativa dentro das empresas, que atuam não só entre os escalões superiores das organizações, mas também são disseminados e imbricados no interior das organizações. Então apropriam “expertise” de funcionários técnicos e colaboradores diversos na obtenção de melhores performances de produção, segurança do trabalho, saúde ocupacional e gestão ambiental.

A Gestão Ambiental tem sido considerada como elemento importante nos negócios entre os países e os clientes estão cada vez mais conscientes quanto à preservação do meio ambiente. Agregando a Gestão Ambiental em suas políticas internas, as empresas estarão ao mesmo tempo cumprindo as legislações impostas e colaborando com a sociedade, apostando cada vez mais em tecnologias limpas e produtos que causem um menor impacto ecológico (NAIME e GARCIA, 2004).

A globalização teve como suas principais forças motrizes, a procura de novos mercados e os esforços para a redução de custos, mas isto não significa apenas fazer negócios além das fronteiras nacionais, significa também um aumento da competição para quase todo o tipo de organização. Muitas organizações também foram motivadas a sofrer expansão internacional, a fim de obterem vantagens de custo sobre os concorrentes.

Os espaços geográficos das fronteiras nacionais estão se tornando cada vez mais insignificantes na definição das fronteiras dos negócios. “Os avanços na tecnologia da comunicação e as reduções às barreiras comerciais entre as nações contribuíram para a criação de uma aldeia verdadeiramente global”, afirma Robbins (2003, p.6).

A globalização trouxe diversas mudanças, entre elas a abertura de limites de operação das organizações, tais como: as mudanças tecnológicas no acesso as informações e no modo de como estas são geradas, armazenadas, utilizadas e compartilhadas; as oportunidades de trabalho que se abriram aos trabalhadores do conhecimento; o respeito à diversidade cultural das populações; a aceitação pelas empresas de suas novas responsabilidades sociais e à necessidade de reconhecer que as percepções e valores dos clientes conduzem o ambiente dos negócios (ROBBINS, 2003, p.7). Outro fator importante trazido pela globalização é a preocupação com as questões ambientais do planeta como um todo.

Segundo Drucker (*apud* MAIMON, 1996, p.07), a globalização da ecologia se dá num contexto de globalização das relações econômicas, se intensificou a partir da década de 80 quando se constata que os fenômenos da poluição transcendem as fronteiras nacionais, afetando regiões ou mesmo o planeta como um todo. Com isto surge a preocupação com os

riscos globais, tais como a contaminação dos solos, da água, do ar e das cadeias alimentares, o efeito estufa, chuvas ácidas, a explosão demográfica, o empobrecimento da biodiversidade, em particular, com a devastação das florestas.

De acordo com Naime (2004, p.13), “O Gerenciamento Ambiental é o conjunto de procedimentos e normas para gestão das questões legais, éticas e práticas das relações com os meios físico, biológico e antrópico que constituem o meio ambiente”. A Gestão Ambiental tem como objetivo identificar as ações mais adequadas ao atendimento das imposições legais e das soluções reais e práticas de todo processo.

O gerenciamento ecológico envolve a passagem do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico. Um aspecto essencial dessa mudança é que a percepção do mundo como máquina cede lugar à percepção do mundo como sistema vivo. Essa mudança diz respeito a nossa concepção da natureza, do organismo humano, da sociedade e, portanto, também de nossa percepção de uma organização de negócios. As empresas são sistemas vivos cuja compreensão não é possível apenas pelo prisma econômico (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2002).

De acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (apud BOS, 2006), “os impactos ambientais dependem da natureza dos processos, das matérias primas, da eficiência de cada operação, do padrão de gestão, dos resíduos resultantes e de sua tratabilidade, do meio em que operam as unidades e do seu nível de adensamento”. Desta forma, a concentração industrial em pólos como Novo Hamburgo implica numa potencialização dos impactos gerados, mas por outro lado, também pode propiciar a sinergia e a escala para visualizar soluções.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha (ACI NH-CB-EV) através de seu braço ambiental, a Fundação Desenvolvimento Ambiental (FUNDAMENTAL), criou e instituiu entre 2003 e 2004 a certificação ambiental voluntária e informal denominada Empresa Amiga do Meio Ambiente.

O principal estímulo era incentivar as empresas com boas iniciativas de gestão ambiental a divulgarem suas experiências para o conjunto da comunidade. Tanto que esta certificação tem seus custos de auditoria sustentados pela ACI e portanto não tem custo aos certificados.

São avaliados itens básicos sobre ecodesign, otimização do uso de recursos hídricos, eficiência energética, tratamento de efluentes, gestão de resíduos sólidos, monitoramento atmosférico, institucionalização da atividade de gestão ambiental, iniciativas de educação ambiental e programas de responsabilidade socioambiental em geral.

Este trabalho apresenta os dados relevantes obtidos com os trabalhos de campo referentes à certificação ambiental voluntária do ano de 2010. Por ausência de solicitação de consentimento, não são citadas nominalmente empresas e instituições.

A partir da tabulação estatística destas variáveis, é feita a interpretação de sua indicação em relação ao estágio de governança corporativa que as empresas participantes se encontram e fundamentadas vinculações capazes de se projetar com ações de gestão ambiental proativa que transcendam cumprimento de legislação e avancem em direção a compromissos com partes interessadas (“stakeholders”).

As compilação estatística usada para ponderações hipotético-dedutivas do significado que as informações coletadas possam indicar sobre itens próprios de implantação de

governança corporativa e sua imbricação nos diversos setores das organizações e nos resultados de ações de gestão ambiental proativas que respondam a expectativas sociais relevantes das comunidades integrantes das sociedades que se desenvolvem no âmbito das cidades integrantes da bacia hidrográfica do rio dos Sinos, na região metropolitana da cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.

Conforme já referido, foram usados os dados disponíveis da edição do ano calendário de 2010 da certificação ambiental voluntária Empresa Amiga do Meio Ambiente da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha.

3. GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A grande motivação para os investimentos em Gestão Ambiental e produtos ecologicamente corretos é a visão de que as empresas só podem se inserir competitivamente no mercado através de uma atitude responsável com o meio ambiente.

A noção de sustentabilidade nasce dos conceitos clássicos de Brundtland (1991) de viver com dignidade preservando os recursos necessários para a sobrevivência das gerações futuras. Naimé (2004) reúne a tradução prática que as empresas e organizações fazem deste conceito num conjunto que denomina “vida em equilíbrio” e que envolve ecodesign, otimização do uso de recursos hídricos, eficiência energética, tratamento de águas, efluentes ou esgotos, gestão de resíduos sólidos, monitoramentos atmosféricos e ações de responsabilidade socioambientais.

O consumidor está cada vez mais consciente com as questões ambientais, gerando assim competitividade, tanto pelas empresas quanto pelas marcas, que buscam suprir as necessidades dos clientes. As exposições dos profissionais estão de acordo com as afirmações de Maimon (1996), Kinlaw (1997), Moura (2003 e 2004), Zenone (2006), Polonsky e Voltolini apud Vilela Júnior; Demajorovic (2006), onde ocorre o interesse pelo desenvolvimento sustentado, que é a busca simultânea de eficiência econômica, justiça social e harmonia ecológica. Cada vez mais organizações estão entrando no “marketing verde”, assim, se beneficiando das muitas oportunidades competitivas oferecidas pela questão ambiental.

Na busca de produtos ecologicamente corretos ou com menos impacto ambiental, várias questões relevantes foram citadas pelos profissionais ligados ao setor coureiro, entre as principais: o uso das substâncias restritivas, as barreiras não-tarifárias, a procura de grandes marcas por estes produtos na busca de uma melhor imagem corporativa e a tendência futura dos mercados.

Püntener (2007) comenta que por haver uma preocupação global referente à segurança no uso e manuseio de substâncias químicas e os produtos relacionados com estas substâncias, a União Européia criou, em 2007 o REACH (significa Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas), que é um novo esforço que irá coordenar as políticas globais referentes aos produtos químicos e seus resíduos.

Outra percepção relevante na busca de produtos ecologicamente corretos ou com menor impacto ambiental são as imposições por meio de barreiras não-tarifárias Maimon (1996), Moura (2004), Bos (2006), Henrique (2005), Fornasari, Coelho e Santos apud Bos (2006), já afirmaram que, com a queda das barreiras tarifárias, o comércio internacional acabou desenvolvendo novas formas de protecionismo que se manifestam pela escolha de

empresas ou produtos através da consolidação ou criação de blocos comerciais ou pela intensificação das barreiras não-tarifárias ou técnicas das certificações.

Existe a busca de grandes marcas e de alguns mercados, por empresas responsáveis com as questões ambientais. Não necessariamente as empresas devem ter a auditoria de empresas certificadoras, mas sim que comprovem possuir um sistema de gestão ambiental autônomo e que atendem às legislações locais, agindo pró-ativamente nesta área, e demonstrando atitudes responsáveis, estando assim, preparadas para serem auditadas pelos próprios clientes, fornecedores ou organizações não governamentais preocupados com estas questões. Estas opiniões estão de acordo com Maimon (1996), Layrargues (2000), Kinlaw (1997), Moura (2004).

Certificações como o conjunto de normas ambientais NBR ISO: 14001: 2004 também têm sido solicitadas pelos clientes tanto de mercado interno como externo.

As auditorias externas de terceira ordem (órgão auditor) são caras, e por este motivo só são efetivadas quando a empresa sente a necessidade das certificações, na busca da comunicação externa com o público, visando agregar a visão da responsabilidade socioambiental com a imagem externa da organização. As certificações podem ser consideradas, neste contexto, como uma garantia de competitividade no mercado, por se tratar de uma tendência bem próxima, assim concordam Moura (2004), Zenone (2006), Ruiz et. al. (2006), Fornasari e Coelho (apud, BOS, 2006), Kinlaw (1997), Layrargues (2000), Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002) e Epelbraum apud Vilela Júnior; Demajorovic (2006).

No entanto, o fator custo em investimentos e tecnologia em Gestão Ambiental não torna os produtos ecologicamente corretos inviáveis. O fator gestão ambiental já está embutido no custo final. Moura (2004), Kinlaw (1997) e Voltolini apud Vilela Júnior; Demajorovic (2006), concordam que a falta dos “selos verdes” pode representar um fator de competitividade ou de exclusão dos produtos em mercados exigentes do primeiro mundo.

Um bom Sistema de Gestão Ambiental nas empresas, leva à redução de custos nos processos de produção. (LAYRARGUES (2000), KINLAW (1997), MAIMON (1996))

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas a partir do relacionamento de acionistas ou cotistas com o conselho de administração, a diretoria executiva, a auditoria independente e o conselho fiscal. As boas práticas de governança corporativa tem a finalidade de aumentar o valor percebido da organização junto à sociedade, facilitando a obtenção de capital e contribuindo para a perenidade da organização. (IBGC, 2010).

A partir das auditorias realizadas nas diversas edições da certificação “Empresa Amiga do Meio Ambiente” da Fundação Desenvolvimento Ambiental (FUNDAMENTAL), braço ambiental da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha (ACI NH – CB – EV), foi possível realizar uma compilação de dados que interpretados permitem avaliar o estágio de governança corporativa das empresas que voluntariamente se inscreveram na certificação e que representam a elite empresarial do vale do Rio dos Sinos.

Atualmente todos os empregados, clientes, fornecedores, credores, governo e acionistas se sentem partes interessadas (“stakeholders”) da operação de um empreendimento e devem ter seus interesses legítimos respeitados tanto através do cumprimento da legislação

quanto pela adesão voluntária das organizações a práticas ou protocolos que considerem estes interesses.

Foram auditadas 36 empresas na edição de 2010. Todas as empresas aderiram voluntariamente se dispondo a sofrer auditoria externa. A figura 1 a seguir mostra que cerca de 30 empresas detinham licença ambiental e 3 não necessitavam enquanto outras 3 não tinham licença sem especificar se necessitavam.

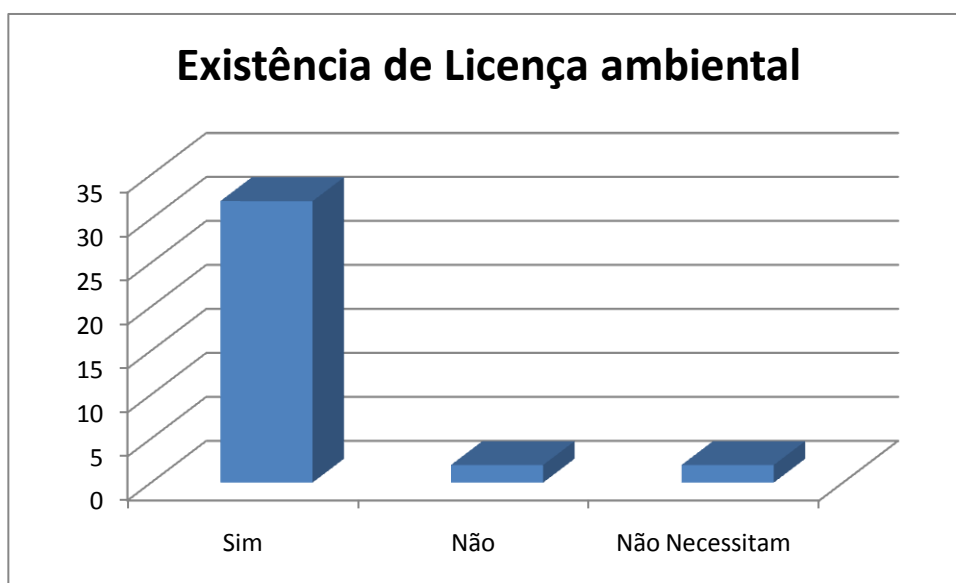


Figura 1: Situação do licenciamento ambiental nas empresas auditadas em 2010.

Na Figura 2 é apresentada a situação sobre cumprimento de legislação quanto a tratamento de efluentes, gestão de resíduos sólidos e monitoramento atmosférico, conforme o enquadramento.

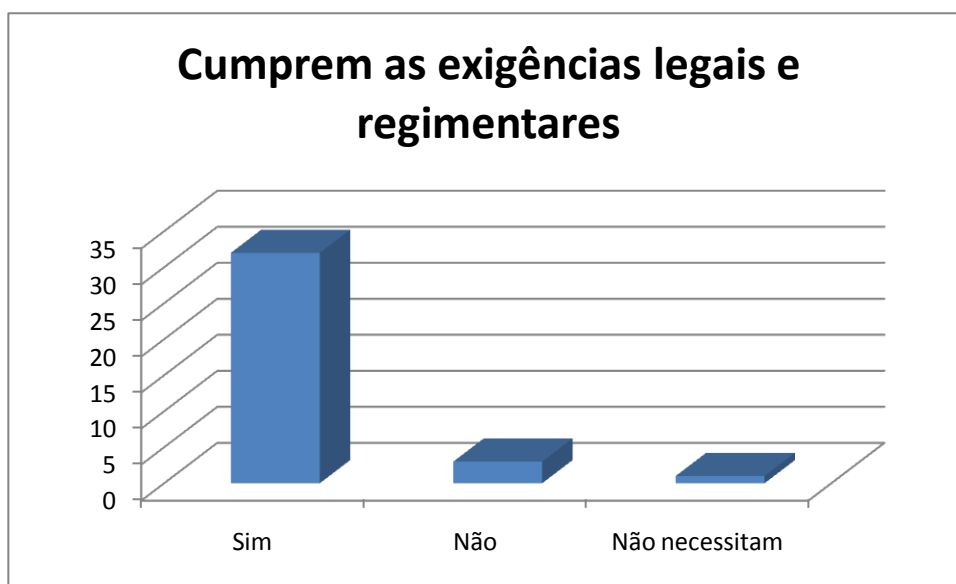


Figura 2: Situação quanto ao cumprimento de exigências legais conforme o enquadramento.

A maioria das empresas cumpre as exigências legais em que está enquadrada. São insignificantes os registros de não cumprimento ou ausência de necessidade.

A auditoria passa então a pesquisar detalhamentos internos das questões. A Figura 3 demonstra que 14 das 36 empresas não tem plano ambiental ou sistema de normas internas por iniciativa própria.

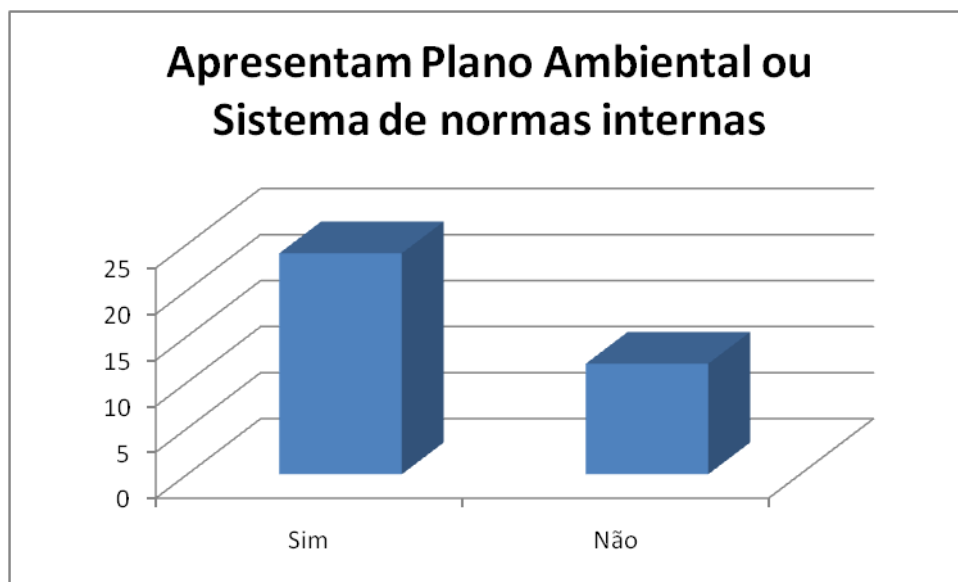


Figura 3: Apresentam plano ambiental ou normatização interna

Na figura 4 a seguir, estão apresentados resultados sobre a existência de indicadores internos de controle. Normalmente empresas certificadas segundo as normas da ISO (International Organization for Standardization) ou com maior cultura organizacional de padronização desenvolvem sistemas internos de indicadores.

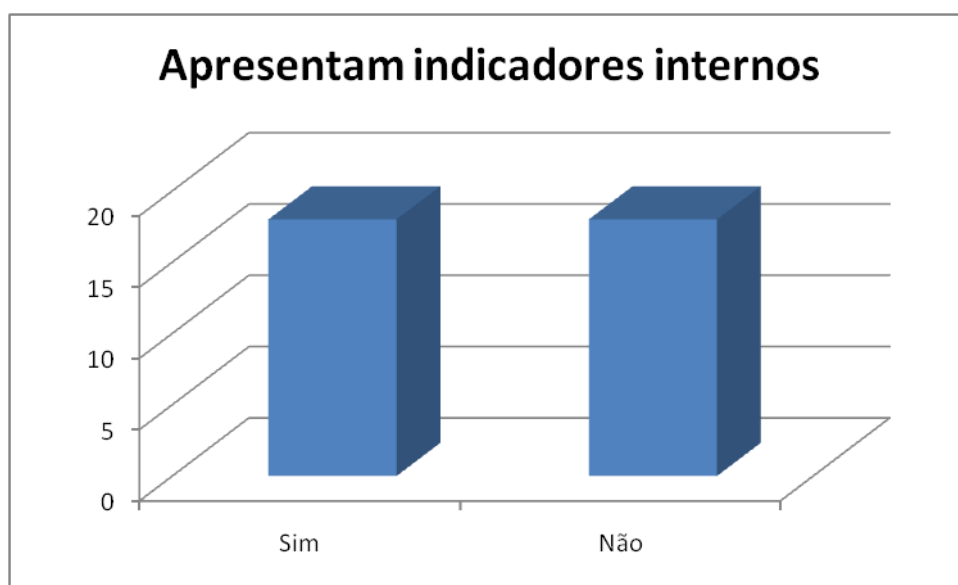


Figura 4: Uso de indicadores internos

Outra investigação interessante é avaliar até que ponto as iniciativas institucionais de meio ambiente se encontram planejadas e fazem parte do organograma do empreendimento ou instituição.

A figura 5 a seguir demonstra se as empresas já incluíram em seu organograma a definição objetiva da participação dos responsáveis pela área ambiental.

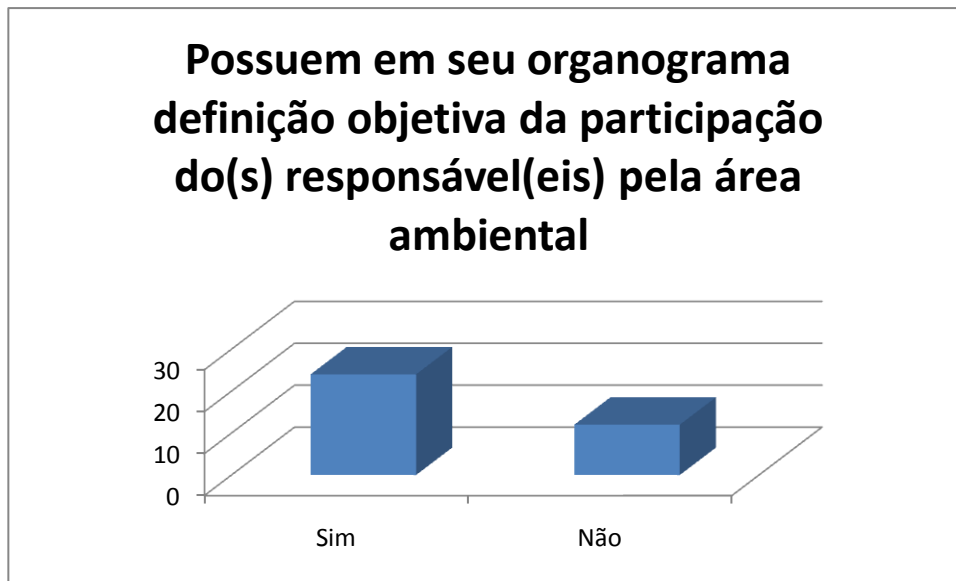


Figura 5: Nível de institucionalização dos responsáveis pela área ambiental na organização

A seguir foi investigado um item muito importante na avaliação sistêmica das ações implantadas. Se ocorrem projetos de educação e treinamento continuado na empresa.

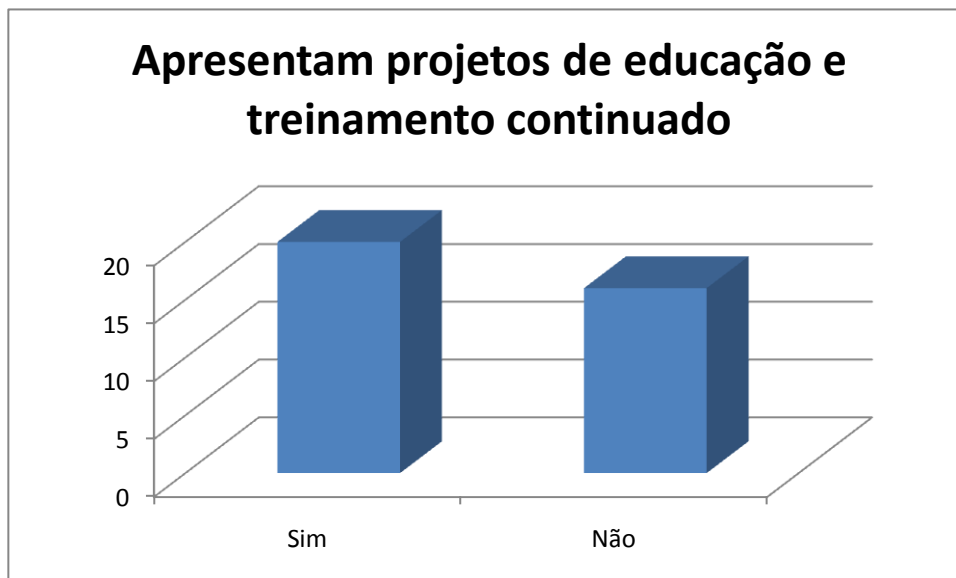


Figura 6: Projetos de educação e treinamento continuado

Esta é uma característica já descrita para inúmeros movimentos observados no chamado capitalismo tardio (JAMESON, 1984), sendo recorrente sua citação em estudos análogos (STAVENHAGEN, 1985). A falta de cultura e tradição nas ações de educação e treinamento, muito comuns no capitalismo e especialmente no capitalismo tardio, produzem significativas e relevantes ausências de programas de educação e treinamento internos em busca de melhores condições de sobrevivência econômica.

Não há pressão ordenada e planejada por melhorias em função do tempo relativamente curto de permanência no mesmo emprego e do baixo nível de escolaridade e cidadania das populações (SACHS, 1986, CARVALHO et al, 2009).

Um dos parâmetros mais importantes dentro de sistemas de gestão ambiental ou programas de sustentabilidade é a otimização do uso de recursos hídricos. Normalmente a adoção de um programa deste tipo vem precedida de um balanço de massas dentro das empresas. A Figura 7 a seguir exibe o quadro encontrado.

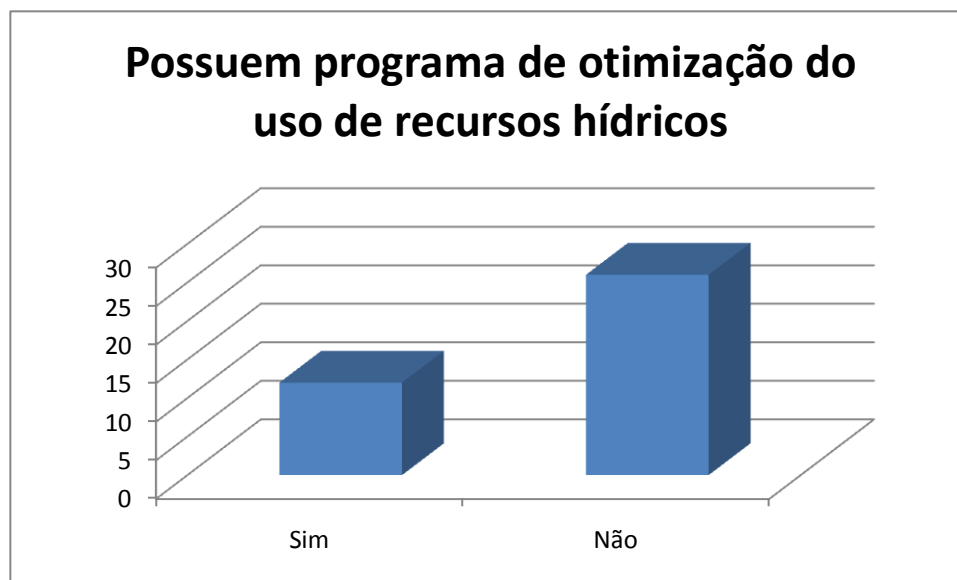


Figura 7: Otimização do uso de recursos hídricos.

Aproximadamente 1/3 das empresas que se inscreveram voluntariamente no programa de certificação e que foram auditadas apresenta planos de otimização de recursos hídricos.

Também foi investigada a existência de programas de eficiência energética na empresa ou instituição, com o resultado sendo apresentado na Figura 8 a seguir.

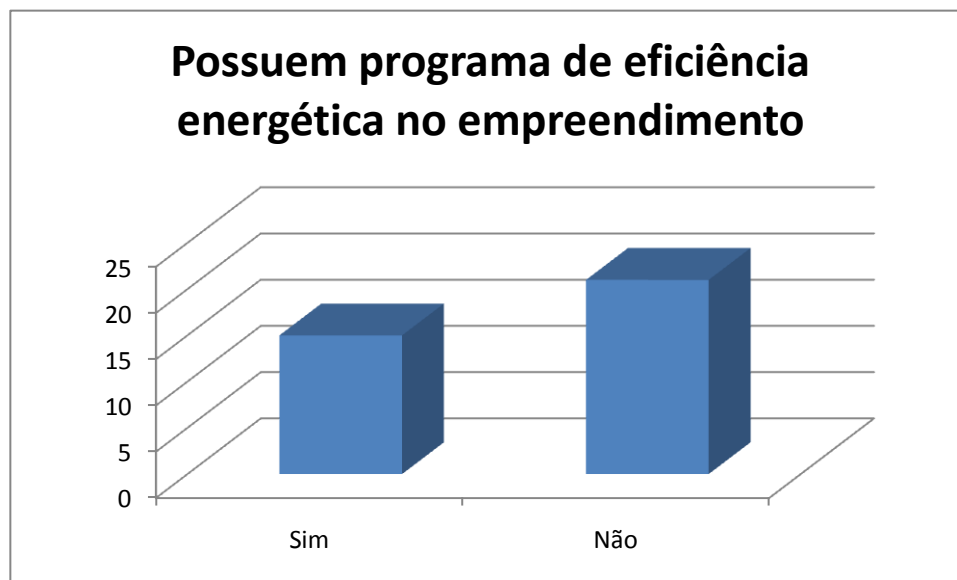


Figura 8: Eficiência energética no empreendimento.

A grande maioria dos empreendimentos ainda não possuem programa específico nesta área, tal como na auditoria ambiental do item anterior.

As preocupações e a ação ambiental dentro das empresas e instituições geralmente começa pela gestão de resíduos sólidos. Pelo simples motivo que todo agrupamento humano

ou toda atividade apresenta geração de resíduos de alguma forma ou natureza. Na Figura 9 a seguir são apresentados os dados das auditorias ambientais nos empreendimentos, podendo se observar que a grande maioria possui programas de gestão de resíduos sólidos.

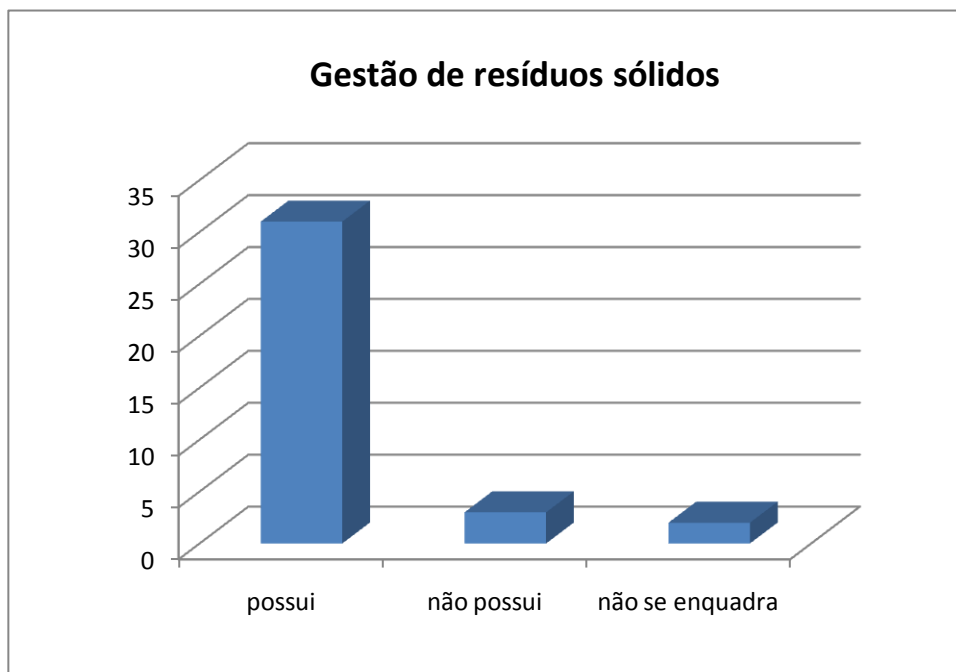


Figura 9: Existência de programas de gestão de resíduos sólidos.

A grande maioria das empresas e organizações avaliadas mostra “cases” comunitários sócio-ambientais relevantes. Na Figura 10 a seguir, são apresentados os resultados obtidos com as auditorias.

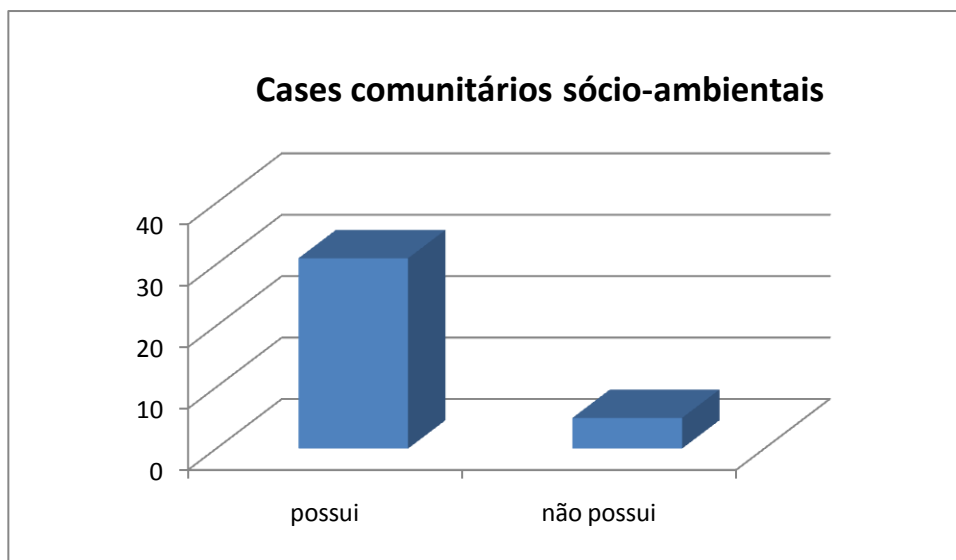


Figura 10: Existência de “cases” socioambientais comunitários relevantes na empresa ou organização.

O levantamento estatístico apresenta os itens socioambientais mais relevantes auditados nas empresas e organizações que tiveram adesão voluntária à certificação local empresa amiga do meio ambiente da Associação Industrial e Comercial de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha na edição de 2010.

Qualquer que seja o conceito de governança corporativa, desde o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, até interpretações mais flexíveis, o sentido de restauração da confiança do público nas empresas, organizações ou empreendimentos não se altera.

Assim, a visão mais geral de que governança corporativa é o conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que regulam a maneira como uma empresa é dirigida, administrada ou controlada e que a governança corporativa é imbricada e verticalizada, não sendo restrita a alta administração, parece ser uma interpretação que tem mais fundamento.

O termo inclui também o estudo sobre as relações entre os diversos atores envolvidos, que desde as normas ISO são chamados de “stakeholders” ou partes interessadas e que hoje são legitimamente reconhecidos como todos os clientes, colaboradores, vizinhos, fornecedores, governo, ONGs e demais atores sociais que se sentem de alguma forma atingidos pela ação da empresa, empreendimento ou organização.

5. CONCLUSÕES

Apresentando conceitos básicos de gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e governança corporativa e associando estes conceitos aos dados resultantes de auditorias de certificação ambiental voluntária de alguns itens auditados do Programa Empresa Amiga do Meio Ambiente, de responsabilidade da Fundação Desenvolvimento Ambiental (FUNDAMENTAL) da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha, este trabalho busca diagnosticar o estágio da utilização dos conceitos básicos de governança corporativa em empresas, empreendimentos e organizações da cidade de Novo Hamburgo, cidade central da bacia hidrográfica do vale do Rio dos Sinos.

As empresas auditadas demonstram rigor e conformidade em todos os itens relacionados com o cumprimento de legislações aplicáveis ou relevantes. E neste sentido são realmente “cases” de notabilidade e que merecem ser divulgados e disseminados na comunidade como ações de responsabilidade socioambiental coletivos.

Quando são analisados itens que não estão diretamente relacionados com legislações aplicáveis os resultados não indicam avanços que possam transformar a gestão ambiental burocrática que atende satisfatoriamente os quesitos normatizados em gestão ambiental sistêmica e proativa que possa trazer valor agregado aos empreendimentos.

Não existe ainda grande disseminação e programas continuados de treinamento e educação ambiental. Também não se identifica grande capilaridade social em programas de destinação final de lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias ou óleos vegetais.

Todas as atitudes que depende mais de redistribuição interna de poder e imbricação vertical ou permeabilidade de atitudes que materializem concepções de governança corporativa que possam trazer maior valor ao conjunto das operações do empreendimento e que até auxiliem na perenização da organização, não apresentam resultados relevantes e indicativos de evolução positiva, quando são utilizados os dados resultantes das auditorias de gestão ambiental da certificação ambiental voluntária patrocinada pela Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. O. B. de; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. de. **Gestão Ambiental – Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

BOS, A. **Barreiras técnicas ao comércio internacional de couros e calçados**. 174f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARVALHO, I. C. M. e STEIL, C. A. **O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental**. Educação e Realidade, 34 (3): 81-94, set/dez 2009.

HENRIQUE, N. M. M. **Comércio Internacional e seu impacto na cadeia do couro do Brasil**. Out/2005. Disponível em: <http://www.aaqtic.org.ar/congresos/brasil2005/pdf/COMERCIO.pdf> Acesso em 03/03/2010.

IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O que é governança corporativa. Acesso dia 23/04/2010. <http://www.ibgc.org.br/PerguntasFrequentes.aspx>

JAMESON, F. **Post modernism or the cultural logic of late capitalism**. New left review, 145:53-92, 1984.

KINLAW, D. C. **Empresa competitiva e ecológica: desempenho sustentado na era ambiental**. São Paulo: Makron Books, 1997.

LAYRARGUES, P. P. **Sistemas de Gerenciamento Ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo**. Revista de Administração de empresas. São Paulo, v.40, n.2. p.80-88, Abr/Jun 2000. Disponível em: <http://www.rae.br/artigos/990.pdf> Acesso em: 28/03/2010.

MAIMON, D; **Passaporte Verde: Gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MOURA, Luiz Antonio Abdalla de. **Economia Ambiental: Gestão de custos e investimentos**. 2 ed. – São Paulo : Editora Juarez de Oliveira, 2003.

MOURA, Luiz Antonio Abdalla de. **Qualidade e Gestão Ambiental**. 4 ed. – São Paulo : Editora Juarez de Oliveira, 2004.

NAIME, R. e GARCIA, A C de A. **Percepção ambiental e diretrizes para compreender a questão do meio ambiente**. Novo Hamburgo: Feevale,2004. 135 p.

NAIME, R.; **Diagnóstico Ambiental e Sistemas de Gestão Ambiental: incluindo a atualização da série ISO 9000 e as novas NBR 14000/2004 e NBR ISO 19011/2002**. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

ONU, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Nosso futuro comum. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV,1991. 428 p.

PÜNTENER, A. G. **Reach é um grande desafio para os importadores de produtos químicos e de couro para a União Européia**. Revista do Couro, 193 ed. 2007. Disponível em: <http://www.abqtic.com.br/enciclopedia/arq03-rc193.html> Acesso em 09/03/2010.

ROBBINS, S. P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RUIZ et. al. **Exigências ambientais como barreiras ao comércio internacional de couros e artefatos: uma abordagem preliminar**. In. *Workshop Gestão Integrada: Risco e Sustentabilidade, 2., 2006, São Paulo*. Anais... São Paulo: SENAC, 2006.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. São Paulo. Ed. Vértice, 289p, 1986.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento: uma noção ignorada no pensamento desenvolvimentista**. Anuário Antropológico 85: 11-44, 1985.

VILELA JUNIOR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques (organizadores). **Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. São Paulo: SENAC, 2006.

ZENONE, L. C. **Marketing Social**. São Paulo: Thomsom Learning, 2006.

7. AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (ICET), ao Programa de Pós-graduação em Qualidade Ambiental e a Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha pelo apoio na execução deste trabalho.